R E S O L V E, unanimemente,
Art. 1º Fica autorizada a Presidência a dar baixa no patrimônio deste Tribunal dos bens móveis considerados inservíveis constantes da "relação de bens para prévia de doação" (peça 23 do Processo nº TC/010684/2021) apresentada pela Comissão de Avaliação Patrimonial, e proceder à alienação dos mesmos na forma prevista na legislação correlata.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária Virtual de 20 de outubro de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 19.320
(Processo nº TC/012932/2021)

Aprova o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Pará para o período de 2022-2027 e dá outras providências.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 17.794/2009 e suas alterações, que instituiu o Sistema de Planejamento e Gestão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará;
CONSIDERANDO o disposto na NBASP 20 (Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público), que objetiva promover os princípios de transparência e de accountability nos Tribunais de Contas, e, entre outros princípios, destaca que os Tribunais de Contas devem avaliar e tornar públicas as informações sobre suas operações bem como medir e tornar públicos os resultados sobre a eficiência e eficácia no uso de seus recursos.

CONSIDERANDO proposição apresentada pela Presidência, constante da Ata nº 5.792, desta data.

R E S O L V E, unanimemente,

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para o período de 2022-2027.

Art. 2º. O Plano Estratégico a que se refere esta Resolução, enquanto vigente, orientará a elaboração do Plano Plurianual, dos Orçamentos Anuais e dos Planos de Gestão.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Ordinária Virtual de 20 de outubro de 2021.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Virtual do dia 30 de setembro de 2021, tomou a seguinte decisão:

RESOLUÇÃO Nº 19.315
(Processo TC/519308/2017)

Assunto: Representação com Medida Cautelar, formulada pela Ministério Público de Contas do Estado do Pará, face a Secretaria de Estado da Fazenda do Pará, Banco do Estado do Pará e Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sob o argumento de inconstitucionalidade e ilegalidade no procedimento de transferência de parcela dos depósitos judiciais do Poder Judiciário para o Estado do Pará, regulamentado pela Lei Estadual nº 8.312/2015.
Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 2º do art. 191 do Regimento Interno).

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por unanimidade, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora e sugestões apresentadas pelo Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, com fundamento no art. 88, inciso I, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir a medida cautelar inaudita altera pars formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, a fim de determinar:

a) À Secretaria da Fazenda, que no prazo de 30 (trinta) dias, contabilize o passivo (saldo devedor) referente aos depósitos judiciais de terceiros, recebidos no período de dez/2015 a dez/2019, no importe de R\$-394.480.375,08 (trezentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos);

b) À Secretaria da Fazenda que passe a caracterizar o passivo referente a depósitos de terceiros nos Relatórios de Gestão Fiscal como integrantes da Dívida Pública Consolidada, assim como determina o MDF - 9ª Edição.

c) Ao Tribunal de Justiça que, tão logo o saldo do fundo de reserva esteja inferior ao limite legal (30%), notifique imediatamente a Secretaria da Fazenda para, em 48 (quarenta e oito) horas, realizar a recomposição do fundo, assim como determina o §1º, do art. 8º da LC nº 151/2015 (e §2º, do art. 6º da Lei nº 8.312/2015).

d) Ao Tribunal de Justiça e a SEFA que mantenham o controle individualizado, por número de processos, dos depósitos judiciais que são transferidos e aqueles que são mantidos no fundo de reserva, a fim de que, nos casos em que o Estado do Pará for considerado vencedor na ação judicial, o TJPA faça a transferência somente da diferença apurada entre o valor individualizado do depósito que já foi transferido e do que restou no fundo de reserva.

e) Ao TJPA e a SEFA que, em 90 (noventa) dias, implementem mecanismos de transparência das operações de que tratam a Lei nº 8.312/2015, com a divulgação em seus sites eletrônicos de informações atualizadas mensalmente:

e.1) Cabendo ao TJPA informar: o saldo de depósitos judiciais apurado (100%); os valores transferidos ao Estado (70%), com a discriminação dos valores de depósitos oriundos de ação em que o Estado é parte e os de terceiros; os valores mantidos no fundo de reserva (30%); os valores de saques realizados no fundo de reserva; os rendimentos (spreads) auferidos.

e.2) Cabendo à SEFA informar: as receitas recebidas a títulos de depósitos judiciais recebidos (70%), com a discriminação dos valores de depósitos oriundos de ação em que o Estado é parte ou os de terceiros; os pagamentos realizados com esses recursos, de forma detalhada; os valores de recomposição ao fundo de reserva, com a indicação da Nota de Empenho e Ordem Bancária.

f) Ao TJPA e à SEFA que repasse e utilize, respectivamente, os depósitos judiciais de terceiros somente até o final do exercício corrente.

Dar ciência da decisão aos interessados para que, ao fim do prazo definido anteriormente, comprovem o cumprimento desta Resolução sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Protocolo: 722524

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Extrato de Contrato

Nº do Contrato: 26/2021 – MPC/PA

Modalidade de Licitação: Concorrência Pública Nº 001/2020-TJPA (Termo de Adesão à ARP nº 028/2020 – TJPA – Processo PAE 2021/1159089 – MPC/PA). Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará (CNPJ 05.054.978/0001-50) e Eficácia Projetos e Consultoria Ltda (CNPJ: 06.301.115/0001-00).

Objeto do Contrato: Elaboração de projetos de arquitetura e complementares. Vigência: 28/10/2021 a 28/04/2022.

Valor do Contrato: R\$ 46.552,00 (Quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais)

Dotação orçamentária: Programa de Trabalho: 01.032.1493.8753.0000; Natureza da Despesa: 44.90.51.00.

Fonte de recurso: 0101000000 – Recursos do Tesouro do Estado

Foro: Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará.

Data da assinatura: 28/10/2021

Ordenador Responsável: Guilherme da Costa Sperry, Procurador Geral de Contas.

Protocolo: 722362

FÉRIAS

PORTARIA Nº 249/2021/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o requerimento de férias da servidora Francilei Maria Contente Pinheiro, datado de 25/10/2021 (Protocolo PAE nº 2021/1215308), e os termos da Resolução nº 010/2020-MPC/PA-Colégio, de 21/08/2020;
RESOLVE:

Conceder à servidora FRANCILEI MARIA CONTENTE PINHEIRO, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, matrícula nº 200228, 06 (seis) dias das Férias relativas ao período aquisitivo 11/01/2019 a 10/01/2020, para serem usufruídos no período de 03 a 08/11/2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 28 de outubro de 2021.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 722376

PORTARIA Nº 247/2021/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o requerimento de férias da servidora Ana Rosa Bassalo Crispino, datado de 21/10/2021 (Protocolo PAE nº 2021/1200298), e os termos da Resolução nº 010/2020-MPC/PA-Colégio, de 21/08/2020;
RESOLVE:

Conceder à servidora ANA ROSA BASSALO CRISPINO, ocupante do cargo efetivo de Assessor Técnico, matrícula nº 999321, 25 (vinte e cinco) dias das Férias relativas ao período aquisitivo 21/09/2019 a 20/09/2020, sendo 06 (seis) dias para serem usufruídos no período de 03 a 08/11/2021 e 19 (dezenove) dias no período de 09 a 27/12/2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 27 de outubro de 2021.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 722346

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 246/2021/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a solicitação do Procurador de Contas Stanley Botti Fernandes (Protocolo PAE nº 2021/1219106), pelo qual solicita que seja alterado, para 01 a 30/09/2022 (30 dias), o gozo das férias do exercício de 2021, concedido para o período de 17/11 a 16/12/2021 (30 dias), conforme PORTARIA nº 263/2020/MPC/PA, de 18/11/2020; e CONSIDERANDO o art. 16 da Lei Complementar nº 09/1992, com a redação dada pela Lei Complementar nº 106/2016,
RESOLVE:

Alterar, para 01 a 30/09/2022 (30 dias), o gozo da segunda etapa de férias do exercício 2021, concedido ao Procurador de Contas STANLEY BOTTI FERNANDES, conforme PORTARIA nº 263/2020/MPC/PA, de 18/11/2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 27 de outubro de 2021.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 722341